



UMA REFLEXÃO SOBRE A VOCAÇÃO PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A REFLECTION ON THE VOCATION FOR FOREIGN TRADE IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

UNA REFLEXIÓN SOBRE LA VOCACIÓN DE COMERCIO EXTERIOR EN EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO

Leandro de Souza Lino¹

Andréina Nigriello²

RESUMO

Este trabalho analisa a influência do comércio exterior nas microrregiões do Espírito Santo. Para tanto, além de uma comparação entre o comércio exterior capixaba e brasileiro, são avaliados os desempenhos das dez microrregiões do Estado. São comparados os comportamentos dos fluxos comerciais – somas das exportações com as importações – e dos PIBs regionais, além de seus coeficientes de abertura. São identificados os principais setores e produtos envolvidos com essas comercializações em cada microrregião do Estado. Como resultado, verifica-se que as maiores concentrações dessas atividades estão em locais que abrigam grandes empreendimentos industriais implementados desde meados de 1960. Ou seja, pouco dispersas no território capixaba. Entre possíveis medidas para reverter esse quadro, estaria a promoção de atividades de intercâmbio entre empresas e profissionais de diferentes setores da economia do Espírito Santo, o que permitiria ampliar a quantidade de profissionais com conhecimento sobre as práticas necessárias para atuar nesse comércio.

Palavras-chave: Abertura comercial. Microrregiões. Produtos. Transportes.

ABSTRACT

The present work analyzes the foreign trade's influence on the microregions of Espírito Santo state. Therefore, beyond a comparison between the capixaba and Brazilian foreign trade, the behavior of ten commercial flows are compared – the sums of the exportation with the imports – and the regional GDPs, besides its opening coefficients. The main sectors and products involved with these sales are identified in each micro-region of the State. As a result, we verify that the major concentrations of these activities are located in places that house big industrial enterprises that were implemented since the 1960's, In other words, sparsely dispersed in capixaba territory. Among possible measures to reverse this scenario, there is the promotion of activities exchange among enterprises and professionals of different sectors of Espírito Santo's

¹Doutor em Planejamento Urbano e Regional – FAU/USP. Professor na Unicape/Faesa. Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: lsilino@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5909-8028>.

²Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas - USP. Professora na FAU/USP. São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: anigriello@metrosp.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5497-7149>.

economy, which would allow to amplify the number of professionals with knowledge about the necessary practices to act in this commerce.

Keywords: Commercial openings. Microregions. Products. Transports.

RESUMEN

Este trabajo analiza la influencia del comercio exterior en las microrregiones de Espírito Santo. Para tanto, más allá de una comparación entre Espírito Santo y el comercio exterior brasileño, se evalúa el desempeño de las diez microrregiones del estado. Se compara el comportamiento de los flujos comerciales – las sumas de exportaciones e importaciones - y de los PBI regionales, además de sus coeficientes de apertura. Se identifican los principales sectores y productos involucrados con estas ventas en cada microrregión del Estado. Como resultado, parece que las mayores concentraciones de estas actividades se encuentran en lugares que albergan grandes proyectos industriales implementados desde mediados de la década de 1960. O sea, están poco dispersos en el territorio de Espírito Santo. Entre las posibles medidas para revertir esta situación estaría la promoción de actividades de intercambio entre empresas y profesionales de diferentes sectores de la economía de Espírito Santo, lo que permitiría incrementar el número de profesionales con conocimiento sobre las prácticas necesarias para operar en este oficio.

Palabras clave: Aperturas comerciales. Microrregiones. Productos. Transporte.

Como citar este artigo: LINO, Leandro de Souza; NIGRIELLO, Andreína. Uma reflexão sobre a vocação para o comércio exterior do estado do Espírito Santo. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 189-212, 23 jun. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.3793>

Artigo recebido em: 24/06/2021

Artigo aprovado em: 29/05/2023

Artigo publicado em: 23/06/2023

1 INTRODUÇÃO

Apesar de muitos autores tratarem o Espírito Santo como uma economia dinâmica e aberta para o comércio exterior, tal questão merece ser mais bem apurada, tendo em vista as diferentes realidades existentes no território capixaba. Isso porque, muitas afirmações como esta, de que o Estado possui uma “vocação para o mercado externo”, baseiam-se em realidades limitadas desse território, especialmente de áreas que abrigam os grandes empreendimentos industriais existentes no Espírito Santo desde fins dos anos 1960, tais como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, hoje Vale), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST, atual ArcelorMittal Tubarão), a Aracruz Celulose (atual Suzano) e a Samarco Mineração.

Sobre a origem desses empreendimentos industriais, cabe destacar que, até os anos 1960, o Estado se caracterizava por ser uma economia agrícola e fortemente dependente da cafeicultura. Porém, com a crise internacional nos preços do café, o Governo Federal implementou medidas voltadas para incentivar a erradicação das lavouras consideradas

improdutivas, mediante indenização. Diante da dependência pela atividade cafeeira e das características do Espírito Santo naquele período, isso gerou uma crise social e econômica sem precedentes no Estado. Tais consequências também acabaram contribuindo para a busca de soluções para contornar a crise e fomentar a economia estadual, entre elas, a atração e a implantação desses grandes empreendimentos industriais.

Outro ponto a ser ressaltado sobre esses investimentos industriais é que sua origem esteve centrada, em grande parte, na produção com fins de exportação, como nos casos do minério (CVRD e Samarco), do aço (CST) e da celulose (Aracruz Florestal). Esses empreendimentos também vieram acompanhados, seja durante as suas implantações, seja em fases posteriores, de investimentos em infraestrutura de transportes voltados para atendê-los. Nesse caso, podem ser citados a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e o Porto de Tubarão, com a finalidade de suprir a demanda da CVRD e da CST; o mineroduto e o Porto de Ubu, para a Samarco; e a Portocel, para a Aracruz Florestal (ROCHA; MORANDI, 2012).

Em relação ao desempenho do interior do Estado, a própria atividade cafeeira permaneceu em evidência, embora se ajustando à nova realidade. Também surgiram novas atividades, como o setor de rochas ornamentais, na região de Cachoeiro de Itapemirim (no sul do Estado), a partir de meados dos anos de 1960, destinado a atender, nesse momento, principalmente ao mercado externo (LINO, 2021).

Além disso, em síntese, destaca-se que a política de erradicação dos cafezais, em conjunto com a implantação desses empreendimentos, contribuiu para uma concentração populacional e econômica na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), atualmente composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Tal fato favoreceu para que essa região viesse a ter atualmente metade da população – 48,0%, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018a) – e do Produto Interno Bruto (PIB) – 55,9%, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2018) – do Espírito Santo, apesar de ter apenas 5,0% da área do Estado (IBGE, 2018b).

Ainda em relação às medidas implementadas pelo Governo Estadual, após a crise dos anos de 1960, destaca-se a criação do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), em 1970, com objetivo de fomentar as atividades de comércio exterior, a partir de incentivos fiscais – com a adoção de tarifas diferenciadas de ICMS para empresas exportadoras/importadoras que atuassem no Estado – e de um período de carência para quitar esse imposto. Por questões de mercado, esse fundo acabou beneficiando principalmente as empresas importadoras que atuavam no Estado, a partir dos anos de 1990 (MOTA, 2002). De certo modo, esses incentivos duraram até 2013, momento em que houve uma unificação das tarifas de ICMS cobradas para as importações realizadas nos diferentes estados brasileiros (LINO, 2021), o que acabou reduzindo a atratividade de seus benefícios³.

Essas ações contribuíram para uma maior inserção do Espírito Santo no comércio exterior. Dessa forma, esse debate, sobre a atuação do Estado no comércio exterior, também precisa ser mais bem realizado, uma vez que os próprios trabalhos que tratam sobre o tema mencionam os efeitos da “globalização” e ainda o fazem a partir de uma comparação com a realidade nacional. Ainda sobre esta última questão, cabe mencionar que o mesmo pode não

³ Destaca-se que tal fato não levou ao fim do Fundap, mas apenas o tornou menos atrativo para as empresas que participavam/participam desse fundo no Espírito Santo, tendo em vista a própria diminuição do valor que retornaria para as empresas, por meio de seu sistema de financiamento (prazo para quitação).

refletir sobre as particularidades locais, uma vez que o Espírito Santo é parte integrante do território brasileiro, o que faz com que determinados desempenhos internos do Estado também sejam influenciados pela conjuntura nacional.

Tais afirmações podem ser notadas nos próprios planos de desenvolvimento de longo prazo elaborados para o Espírito Santo para os horizontes de 2025 e 2030, cujas produções ocorreram em 2006 e 2013, respectivamente. Nesse sentido, uma das passagens do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (ES 2025) afirma a importância da atividade para a economia estadual e aponta para a necessidade de “manutenção da relevância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 34). Já o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 (ES 2030), além de citar a importância do comércio exterior para a economia estadual, faz um paralelo e indica as contribuições da atividade realizada pelo Espírito Santo na totalidade do Brasil (ESPÍRITO SANTO, 2013).

Além disso, há diversos autores na literatura especializada em economia que defendem as atividades de exportação como um dos mecanismos promotores do desenvolvimento regional. Entre eles, está Douglas North (1955), um dos precursores nesse debate.

Em contrapartida, outros autores afirmam que mesmo com o volume de comércio exterior podendo ser medido pela relação entre as exportações ou importações e o PIB, este não necessariamente aponta uma “medida de abertura econômica”. Inclusive, Blanchard (2004, p. 377) justifica que “muitos setores podem estar expostos à concorrência estrangeira sem que os efeitos dessa concorrência apareçam em importações elevadas [...]”.

Ressalta-se que muito desse debate sobre o envolvimento de países e empresas no comércio exterior, na atualidade, é associado ao termo “globalização”, que, de acordo com Maia (2011, p. 340), refere-se à “[...] unificação do mercado em escala mundial” e cuja abordagem “[...] completa a obra iniciada há cinco séculos pelas viagens marítimas de descoberta da América e da rota para a Índia” (MAIA, 2011, p. 340).

Porém, cabe destacar algumas contraposições ao ponto de vista relacionado à “globalização”. Isso porque, segundo Ferreira (2003), ao se discutir as possíveis condições para que São Paulo se enquadre ao que muitos autores defendem ser uma “cidade-global” – cujo fator determinante seria a maior conexão da cidade com as economias globais –, esquece-se do contexto em que vivem muitos de seus moradores (em situação de vulnerabilidade) e a própria condição periférica da economia brasileira.

Além disso, alguns autores, como Batista Junior (1998), apontam que uma das principais fragilidades das discussões envolvendo o termo “globalização” é o fato de que nem todos os países e territórios estão, de fato, envolvidos com este “comércio global”. Ou seja, para que essa discussão pudesse ser realmente levada em conta, seria necessário considerar um determinado território como um todo, não apenas uma área específica do mesmo, um setor ou um produto. Com base nessa afirmação, nota-se que, para considerar um determinado território como detentor de uma economia aberta, seria preciso haver um envolvimento de suas atividades externas e internas, pelo menos na mesma proporção.

Assim, este trabalho possui o objetivo de avaliar não só os coeficientes de abertura – que se referem às relações entre os fluxos comerciais, com a soma das exportações e das importações, e os PIBs – das diferentes microrregiões do Espírito Santo, conforme delimitações apresentadas na Lei Estadual nº 11.174, de 25 de setembro de 2020, como também indicar quais

seriam os principais produtos comercializados no comércio exterior capixaba. Essa discussão é importante uma vez que a própria participação de uma economia no mercado externo não necessariamente representa um maior dinamismo, já que, para isso, o comércio exterior teria que ser forte e estável o suficiente para alterar a base e a estrutura produtiva de um determinado local. Além dessas questões, este trabalho pretende identificar quais seriam as principais infraestruturas utilizadas para realizar as comercializações com o exterior.

Para a realização desse debate, este trabalho foi subdividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. No item 2, são tratados os referenciais teóricos que subsidiam a discussão, incluindo autores que defendem as exportações como instrumentos de desenvolvimento regional. O item 3 é destinado aos aspectos metodológicos, enquanto o item 4 abarca os resultados finais, subdivididos em três pontos. O primeiro está voltado para uma comparação entre os graus de abertura entre as economias brasileira e capixaba. O segundo trata sobre as atividades de comércio exterior presentes no mercado capixaba. Já o terceiro aborda a influência da infraestrutura de transporte disponível em cada microrregião do Espírito Santo e suas atividades de comércio exterior.

2 O COMÉRCIO EXTERIOR COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO

Entre os economistas clássicos, um dos primeiros a abordar as questões vinculadas às relações comerciais entre os países foi Ricardo (1772-1823). Esse autor

[...] argumentava que um país não precisa ter uma vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria, para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico. Vantagem absoluta significava maior eficiência de produção ou o uso de menos trabalho na produção. Dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, se cada um tivesse uma vantagem relativa na produção. Vantagem relativa significava, simplesmente, que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias diferia entre os dois países, de modo que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro país (HUNT, 2005, p. 112).

Porém, ressalta-se que Ricardo não considerou em suas abordagens sobre as vantagens comparativas, os custos com transportes de mercadorias entre as nações. Ou seja, ao discutir as vantagens comparativas entre as nações, o autor abstraiu o elemento espaço e reduziu as nações a apenas pontos de análise (SOUZA, 2009).

Além disso, de uma maneira geral, destaca-se que os economistas clássicos negligenciaram as abordagens relacionadas ao tema desenvolvimento regional. Tais discussões só vieram a ganhar destaque a partir dos anos 1920, em função do conhecimento acumulado, da expansão econômica observada no período e da crise vivenciada nos anos subsequentes, a partir de 1929. Entre os debates em que se buscou respostas nesse momento, estavam itens, como “o que produzir”, “como produzir” (em função da tecnologia disponível) e “onde produzir” (diante das oportunidades oferecidas) (SOUZA, 2009, p. 8).

Com isso, surgem diversos autores para tratar dos aspectos relacionados à economia regional, entre os quais estavam François Perroux, Jacques Boudeville e Douglass C. North (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 6). Entre esses autores, Perroux foi um dos primeiros a debater noções de espaço, nos anos de 1950, demonstrando como essa questão era negligenciada nas

análises econômicas até aquele momento (LIMA; SIMÕES, 2010). Além disso, Perroux tratou de temas como o sentido de polos de crescimento, já que, segundo ele,

[...] partindo do pressuposto de que o crescimento econômico não é observado em todos os pontos do espaço econômico, mas sim em espaços específicos como na seguinte passagem: “O fato, rude, mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1977, p.146). Assim, a primeira constatação de Perroux é que o processo de crescimento econômico não implica em equilíbrio como preconizava [sic] os economistas clássicos e neoclássicos, mas este sim é um processo desequilibrado por natureza (JESUS; SPINOLA, 2015, p. 939).

Dessa forma, para compreender suas discussões, é importante considerar três conceitos relacionados aos polos de crescimento. O primeiro é o da “indústria motriz”, que representa aquela que possui condições de aumentar as vendas e as compras de outras indústrias, a partir da ampliação de sua capacidade produtiva. O segundo é o da “indústria movida”, cujo desempenho é influenciado e/ou resultado dos impactos operacionais da “indústria motriz”. E o terceiro é o da “indústria chave”, que fomenta um acréscimo global de vendas, a partir das variações constatadas em uma economia nacional (PERROUX, 1955 *apud* JESUS; SPINOLA, 2015).

Outro autor que trata sobre o assunto é Boudeville. Entretanto, para ele, diferentemente do apresentado por Perroux, um polo de crescimento regional não se refere a uma, mas a um “[...] conjunto de indústrias em expansão numa área urbana e com a propriedade de induzir o desenvolvimento de atividades econômicas na sua área de influência” (BOUDEVILLE, 1966, p.11 *apud* JESUS; SPINOLA, 2015, p. 940). Nesse sentido, percebe-se que Boudeville também indica um polo de desenvolvimento como “[...] uma aglomeração de indústrias propulsoras em um determinado lugar”, sendo a maioria localizada nas cidades (CIMA; AMORIM, 2007, p. 80).

Boudeville aponta, ainda, instrumentos de política regional, como meio de orientar os polos de desenvolvimento urbano. Nesse caso, além de destacar a importância dos centros urbanos e das bacias fluviais para integrar a economia e discutir suas posições estratégicas, o autor sugere medidas de intervenção como forma de coordenar ações em áreas, como transportes, energia, irrigação, educação, saúde, serviços públicos, incentivos fiscais, entre outros (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 8).

Já o terceiro autor citado, North, nos anos de 1950, trata da questão regional a partir de sua Teoria da Base de Exportação. Segundo ele, o desenvolvimento de produtos para exportação seria resultado de uma vantagem comparativa em relação aos custos relativos de produção. Assim, à medida que as regiões cresciam a partir desses produtos, eram geradas economias externas, o que acabava estimulando a geração de novos produtos para exportação (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 14).

Além disso, North (1955) enfatiza que a própria coesão existente em uma determinada região, além de suas semelhanças geográficas, está o seu desenvolvimento gerado a partir de suas bases comuns de exportação. Ou seja, são as atividades de exportação que, de acordo com o autor, unifica economicamente uma região e a mantém unida diante de suas diversas

alternativas de reconfiguração. Dessa maneira, o autor entende que a base exportadora realizada por uma região, pode ser fator determinante para sua trajetória de crescimento.

Em geral, North considera como certa a condição de que, ao explorar sua base de exportações, um determinado país acaba contribuindo para o aumento da renda absoluta e *per capita* de toda a região, o que também proporciona uma melhoria no bem-estar da população local. Além disso, ele cita que o efeito indireto provocado por essa ampliação é o mais importante, já que os empregos em atividades locais dependem das exportações. Ou seja, a expansão da exportação seria necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento local (NORTH, 1959 apud MONTAGNAN; SHIKIDA, 2012, p. 110).

Entretanto, destaca-se que essas discussões envolvendo comércio exterior e economia regional vêm ganhando força nos tempos atuais, principalmente nas associações com o termo “globalização”. Sobre isso, ressalta-se que, de acordo com Ferreira (2003), não se trata de algo novo, mas de uma abordagem destinada a representar a “modernidade dos tempos atuais”.

Essas discussões tiveram início nos anos de 1980, nas grandes escolas americanas de administração de empresas e chegaram ao Brasil a partir dos anos de 1990 (FERREIRA, 2003). Porém, como já mencionado, há diversas críticas sobre esse assunto, entre as quais, estão as delimitações para as fronteiras desta “globalização”, uma vez que o envolvimento de países nessas transações comerciais é bem menor do que se imagina, além do fato de grande parte desse comércio global estar concentrado nos países desenvolvidos (BATISTA JUNIOR, 1998).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A abordagem deste estudo é quantitativa, com o objetivo de mensurar efeitos do comércio exterior sobre as diferentes microrregiões do Espírito Santo, a partir de dados secundários. Segundo Mattar (1996), dados secundários referem-se a informações já coletadas, tabuladas e ordenadas, seja por empresas e/ou instituições reconhecidas, e que estão à disposição do público. As informações coletadas para a realização deste trabalho, encontram-se especificadas no Quadro 1, de acordo com a fonte e o banco de dados consultados. Verifica-se que entre estas informações, estão: PIB setorial; empregos e estabelecimentos formais; principais estruturas por tipos de transporte; valores e quantidades exportadas e importadas; relação de municípios que atuam no mercado externo; empresas atuantes no mercado externo; relação de produtos exportados; e meios de transporte utilizados para exportação.

Quadro 1 – Relação de fontes e dados utilizados neste trabalho

Fonte	Banco de dados	Informações coletadas
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)	PIBs municipal e estadual	PIB setorial
Ministério da Economia	Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	Empregos e estabelecimentos formais
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo	Mapa Rodoviário DER-ES 2016	Principais estruturas por tipos de transporte
Ministério da Economia	Comex Stat	Valores e quantidades exportadas e importadas; Relação de municípios que atuam no mercado externo; Empresas atuantes no mercado externo; Relação de produtos exportados; Meios de transporte utilizados para exportação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda sobre os dados coletados, vale salientar que uma das principais abordagens deste artigo está relacionada ao cálculo dos coeficientes de abertura das dez microrregiões do Espírito Santo. Assim, a fórmula utilizada para este cálculo é:

$$\text{Coeficiente de abertura} = \left(\frac{X + M}{Y} \right) \cdot 100$$

De tal forma que X representa as exportações, M as importações e Y o PIB. Além disso, destaca-se que essa mesma fórmula foi utilizada por outros autores para tratar o nível de abertura da economia capixaba em comparação com a brasileira, como em Magalhães e Toscano (2010). Entretanto, destaca-se que no caso deste referido estudo, a utilização desta fórmula foi apenas para comparar a economia capixaba com a brasileira como um todo, sem especificar as particularidades de cada um dos territórios.

Desse modo, tem-se que, diferentemente do trabalho de Magalhães e Toscano (2010), este artigo pretende abordar as particularidades do Espírito Santo, principalmente por meio de análises de suas dez microrregiões. Assim, as dez microrregiões do Estado serão avaliadas tanto por meio de seus resultados relacionados a seus PIBs, como também mediante seus coeficientes de abertura, além de seus respectivos detalhamentos acerca de suas atividades de comércio exterior. Neste caso, entre os pontos a serem abordados no que se refere as atividades de comércio exterior realizadas pelas microrregiões do Estado, estão principalmente as quantidades de empresas e de produtos envolvidos nestas comercializações.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para apresentação dos resultados, destaca-se que este capítulo se encontra subdividido em três itens. O primeiro se destina a comparar os desempenhos do Brasil e do Espírito Santo, em termos de PIB e de fluxo comercial com o exterior. Já o segundo é voltado para abordar os resultados das microrregiões do Espírito Santo no mercado externo. Enquanto o terceiro é para discutir a influência da infraestrutura de transportes locais sobre as atividades de comércio exterior realizadas pelo Espírito Santo.

4.1 UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E ESPÍRITO SANTO

Antes de se avaliar a influência do mercado externo sobre as microrregiões do Espírito Santo, é importante apresentar as contribuições do mesmo para a economia estadual, de modo geral, considerando também os principais conceitos para este debate.

Entre eles, encontra-se o PIB, que, de acordo com Sandroni (1999, p. 459), “refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços”. Com isso, em seu cálculo, não são desconsideradas as transações intermediárias ocorridas em determinado processo produtivo e ponderados apenas os bens e serviços finais. Já o “fluxo comercial” remete à soma de todas as exportações e importações realizadas por determinado local ou nação.

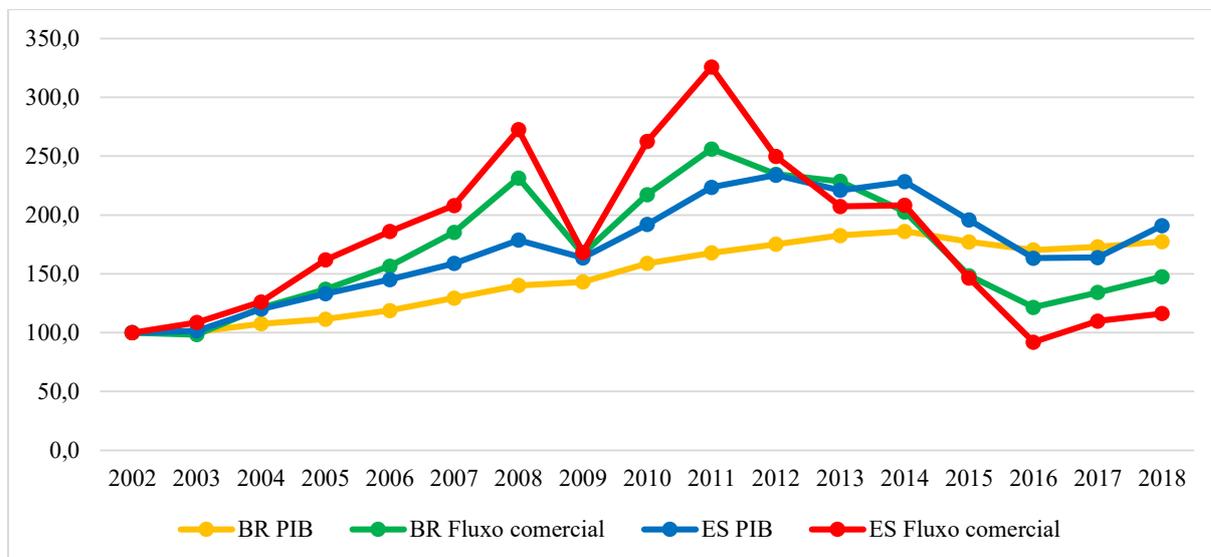
Assim, por meio do Gráfico 1, é possível estabelecer uma comparação entre os desempenhos do PIB e do fluxo comercial do Brasil e do Espírito Santo, entre os anos de 2002 e 2018, a partir de números-índices, tendo, em todos os casos, o primeiro resultado igual a 100%, no ano de 2002. A partir desses resultados, pode-se constatar que as oscilações no PIB capixaba são mais influenciadas pelo desempenho do comércio exterior do que pelos verificados no mercado nacional, conforme valores identificados em 2009 e a partir de 2013 (até 2018).

Outro ponto de observação refere-se ao desempenho das atividades de comércio exterior do Espírito Santo a partir de 2013, cujo resultado foi influenciado pelo fim do Fundap, como já mencionado.

Além disso, ao se analisar os coeficientes de abertura nacional e estadual (Gráfico 2), durante o mesmo período, constata-se que o Espírito Santo obteve os maiores resultados em toda a série. Ou seja, ao se perceber apenas os conceitos do “coeficiente de abertura”, o Espírito Santo se caracteriza por ser uma economia mais “aberta” que a nacional, em todo período.

Esses resultados também demonstram que a economia estadual acaba sendo mais vulnerável a crises internacionais do que a brasileira, tendo em vista os níveis de dependência desta para com as atividades de comércio exterior.

Gráfico 1 – Comparação entre os números-índices do PIB e do fluxo comercial* do Espírito Santo e do Brasil**, com resultados para 2002 equivalentes a 100%

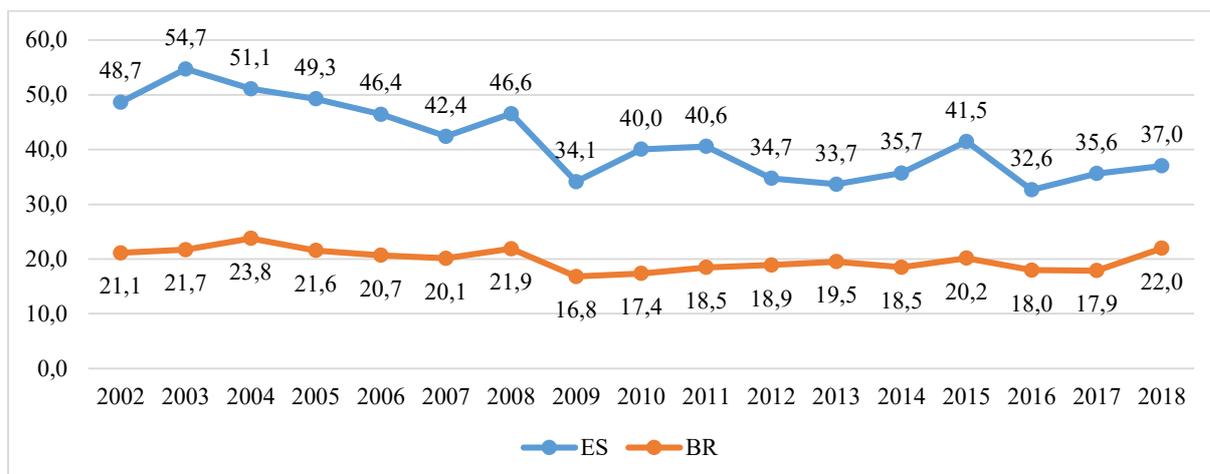


Fonte: IJSN (2002-2018); Ministério da Economia (2002-2018a). Elaborado pelo autor.

Notas: *Fluxo comercial é a soma das exportações e das importações.

**PIB e fluxo comercial a preços reais, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a preços médios de 2019.

Gráfico 2 – Comparação entre o coeficiente de abertura* do Espírito Santo e do Brasil



Fonte: IJSN (2002-2018); Ministério da Economia (2002-2018a); Banco Central do Brasil (BCB) (2000-2018). Elaborado pelo autor.

Nota: *Coeficiente de abertura representa a relação entre o “fluxo comercial” e o “PIB”.

Cabe destacar que as particularidades dessas atividades de comércio exterior no território capixaba, especialmente sobre itens como regiões, municípios e produtos envolvidos nessas comercializações, serão melhor discutidas no tópico a seguir.

4.2 O MERCADO EXTERNO NAS MICRORREGIÕES DO ESPÍRITO SANTO

Antes de se avaliar as contribuições do mercado externo para as dez microrregiões do Estado, é importante compreender suas participações no PIB do Espírito Santo, conforme a Tabela 1. Observa-se que as microrregiões que mais contribuíram para a economia estadual são a Metropolitana, a Litoral Sul e a do Rio Doce, as quais, por sua vez, possuem em comum o fato de terem grandes empreendimentos industriais implantados desde os anos 1960. Na Região Metropolitana estão a Vale, a CST (atual ArcelorMittal Tubarão); na Litoral Sul, a Samarco (em Anchieta); e na Rio Doce, a Aracruz Florestal (atual Suzano, em Aracruz).

Para as tabelas e os quadros apresentados neste estudo, foram convencionadas as seguintes siglas: “Metrop” – Metropolitana; “CSe” – Central Serrana; “SOSe” – Sudoeste Serrana; “LitSu” – Litoral Sul; “CeSu” – Central Sul; “Cap” – Caparaó; RDo – Rio Doce; “CO” – Centro-Oeste; “NE” – Nordeste, e “NO” – Noroeste, além do próprio “ES” – Espírito Santo.

Tabela 1 – As participações percentuais dos PIBs* das microrregiões, no total do Estado, entre 2002-2018

Local	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Metrop	62,7	61,7	64,2	62,4	62,1	61,4	60,4	60,9	58,5	53,2	50,8	49,9	50,1	53,5	57,7	55,1	55,9
CSe	1,5	1,5	1,3	1,4	1,3	1,2	1,2	1,5	1,3	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	2,2	1,8
SOSe	1,9	1,8	1,7	1,7	1,7	1,6	1,5	1,7	1,7	1,5	1,7	1,8	1,8	2,0	2,4	2,4	2,1
LitSul	4,9	5,6	6,0	7,5	5,3	7,6	9,2	7,8	12,1	18,5	20,5	20,5	20,9	14,1	6,3	9,1	12,7
CeSu	6,0	5,9	5,7	5,4	5,8	5,1	4,6	5,6	5,2	4,6	4,8	5,1	5,3	5,7	6,5	6,2	5,3
Cap	2,1	2,0	1,9	1,8	1,9	1,8	1,7	1,9	1,8	1,7	2,0	2,0	1,9	2,2	2,9	2,6	2,3
RDo	9,8	10,7	9,1	9,5	11,3	11,4	12,2	10,5	9,9	10,2	9,5	9,9	9,1	10,0	10,4	10,8	9,5
CO	4,4	4,3	4,0	3,9	4,0	3,9	3,6	4,2	3,9	3,8	4,0	3,9	4,2	4,7	5,3	5,3	4,7
NE	4,8	4,6	4,3	4,4	4,4	4,0	3,7	3,9	3,6	3,4	3,4	3,5	3,3	3,9	4,0	4,0	3,6
NO	2,0	2,0	1,9	2,0	2,1	2,0	1,8	2,0	2,0	1,8	1,9	2,0	2,0	2,3	2,5	2,3	2,0
ES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IJSN (2002-2018). Elaborada pelos autores.

Nota: *PIBs a preços reais, corrigidos pelo IPCA, a preços médios de 2019.

Também cabe destacar, conforme a Tabela 2, que, tendo como base os resultados identificados no ano de 2002, o maior crescimento do PIB regional ocorreu na Litoral Sul, especialmente até o ano de 2014. Todavia, esse desempenho, em parte, foi descontinuado depois de 2015, por conta da importância da Samarco para a economia da Região e os efeitos da paralisação de suas atividades (a partir do referido ano), diante do rompimento de sua barragem de rejeitos de minério, localizada em Mariana-MG (SAMARCO, 2017).

Tabela 2 – Números-índice do PIB das microrregiões do ES*, com resultado de 2002 equivalente a 100%

Local	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Metrop	100,0	99,9	122,9	132,4	143,8	155,6	172,1	158,9	179,0	189,8	189,5	175,8	182,2	166,9	150,3	144,2	170,5
CSe	100,0	101,7	108,5	122,0	131,9	134,2	150,4	165,9	171,0	181,1	208,1	215,4	232,5	223,0	214,7	243,8	238,2
SOSe	100,0	94,5	106,8	118,0	128,4	132,7	141,0	149,0	169,6	180,7	207,2	212,0	212,3	204,2	212,0	205,7	210,0
LitSul	100,0	115,1	145,1	201,6	155,0	245,0	333,4	257,8	471,8	838,4	975,3	921,3	967,4	559,6	210,2	302,5	492,1
CeSu	100,0	100,6	115,0	121,3	141,8	134,7	138,9	153,4	167,4	173,0	189,5	187,9	201,0	186,7	176,8	169,7	169,9
Cap	100,0	97,7	109,7	113,1	130,3	135,2	144,2	149,0	164,5	185,2	223,0	204,7	204,6	205,4	223,3	205,6	205,9
RDo	100,0	110,9	111,9	129,8	167,6	185,9	223,2	175,7	195,2	233,9	228,6	223,9	212,8	199,8	173,8	180,9	186,1
CO	100,0	99,2	107,6	118,0	131,9	138,7	145,8	154,1	170,3	192,1	209,7	195,4	217,8	209,6	196,3	195,2	200,4
NE	100,0	98,7	108,3	122,2	135,5	134,7	140,9	134,9	145,2	160,3	169,5	164,7	160,3	160,7	137,0	136,8	146,5
NO	100,0	101,6	115,2	136,6	158,3	162,5	164,5	165,9	192,0	202,6	223,7	221,1	232,5	226,1	211,1	196,0	200,0
ES	100,0	101,6	120,1	133,0	145,2	158,9	178,7	163,6	192,0	223,6	233,9	221,1	228,3	195,7	163,4	163,9	191,1

Fonte: IJSN (2002-2018). Elaborado pelo autor.

Nota: *PIB a preços reais, corrigidos pelo IPCA, a preços médios de 2019.

Já em relação aos coeficientes de abertura das dez microrregiões do Estado, nota-se, mediante a Tabela 3, as oscilações ocorridas entre os maiores resultados, no período de 2002 a 2018. Além disso, a região Litoral Sul, que se destacou por ter o maior crescimento no PIB nesse período, teve sua redução acompanhada por seu coeficiente de abertura, a partir de 2015.

Outro ponto de destaque entre as microrregiões é que as únicas que tiveram coeficientes de abertura maiores que o Espírito Santo, entre 2002 e 2018, foram a Litoral Sul, a Rio Doce e a Metropolitana, tendo esta última superado o Estado em toda a série. Destaca-se, ainda, o desempenho do coeficiente da região Noroeste, especialmente entre 2011 e 2015.

Tabela 3 – Coeficiente de abertura* das microrregiões do Espírito Santo e total do Estado

Local	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Metrop	72,39	70,96	68,82	63,50	60,24	55,92	62,78	44,70	51,92	57,39	50,11	46,66	49,53	54,43	45,33	56,59	58,24
CSe	1,37	1,30	1,12	1,10	0,69	0,69	0,40	0,42	0,19	0,36	0,28	1,02	1,91	0,98	1,67	0,82	1,10
SOSe	7,80	6,95	10,19	7,78	5,97	6,21	5,25	3,42	4,32	4,42	1,87	2,09	2,06	3,84	3,35	3,02	3,29
LitSul	89,52	81,40	78,50	72,70	94,52	57,86	64,31	55,78	55,15	36,81	28,09	30,64	32,31	43,66	10,10	1,83	1,16
CeSu	9,30	11,24	14,24	15,01	16,45	16,52	13,36	10,46	11,36	10,79	10,99	14,47	13,58	18,32	16,89	15,89	16,58
Cap	0,15	0,46	0,21	0,25	0,00	0,00	0,00	0,04	0,02	0,22	1,46	2,28	2,87	4,76	2,92	3,24	8,38
RDo	60,66	83,53	66,14	47,48	33,91	32,79	26,83	26,48	27,31	23,14	24,85	25,19	27,54	36,46	34,41	32,08	33,70
CO	8,52	9,32	6,87	7,49	13,16	14,88	18,30	15,09	15,70	19,49	15,45	12,80	13,96	14,65	10,57	8,76	10,23
NE	1,32	1,75	0,83	0,63	0,48	0,66	0,37	0,77	0,43	0,47	0,52	0,75	1,40	2,91	1,92	2,70	2,96
NO	3,93	3,26	4,73	7,70	10,53	12,98	13,85	12,66	11,82	11,99	14,06	19,93	25,76	32,95	23,24	21,58	25,55
ES	48,66	54,72	51,10	49,26	46,44	42,41	46,56	34,12	40,04	40,58	34,74	33,67	35,71	41,47	32,63	35,61	37,03

Fonte: IJSN (2002-2018); Ministério da Economia (2002-2018a); BCB (2000-2018).

Nota: *Coeficiente de abertura representa a relação entre o “fluxo comercial” e o “PIB”.

Os dados a seguir abordam as comercializações com o exterior pelo Estado, especificamente para o ano de 2018. A utilização das informações sobre comércio exterior para esse ano se deve pelo fato de este ser o momento em que se tem dados mais recentes para o PIB municipal, o que, neste caso, permite uma comparação entre ambas as situações. Ou seja, por meio dessa situação, é possível comparar o fluxo comercial (que se refere à soma das

exportações e das importações de um determinado território) e o PIB (que se trata da soma dos bens e serviços finais produzidos em um determinado local).

As informações sobre as principais atividades atuantes no mercado externo entre as diferentes microrregiões do Espírito Santo podem ser observadas na Tabela 4. Com base nesses resultados, percebe-se que, em todas as microrregiões, o fluxo comercial foi influenciado principalmente pelas atividades das exportações. Nesse sentido, cabe destacar o desempenho apresentado pelo Caparaó, cuja participação percentual das exportações chegou a representar 100% de sua comercialização com o exterior. Por outro lado, o menor resultado para a participação das exportações no fluxo comercial da respectiva microrregião ocorreu na Metropolitana, com um desempenho de 59,7% do total.

Tabela 4 – Participação das exportações e das importações no fluxo comercial de cada microrregião, em 2018

Microrregião	Valor (em milhões US\$ FOB)			Participação % no fluxo comercial			Coeficiente de abertura
	Exportação	Importação	Fluxo comercial	Exportação	Importação	Fluxo comercial	
Metrop	7.283,54	4.924,83	12.208,37	59,7	40,3	100,0	58,24
CSe	6,98	0,63	7,61	91,8	8,2	100,0	1,10
SOSse	21,92	3,62	25,54	85,8	14,2	100,0	3,29
LitSu	51,67	3,40	55,07	93,8	6,2	100,0	1,16
CeSu	300,15	30,04	330,20	90,9	9,1	100,0	16,58
Cap	71,33	0,02	71,36	100,0	0,0	100,0	8,38
RDo	1.161,45	39,57	1.201,02	96,7	3,3	100,0	33,70
CO	157,16	21,08	178,25	88,2	11,8	100,0	10,23
NE	39,26	1,17	40,43	97,1	2,9	100,0	2,96
NO	185,87	10,17	196,04	94,8	5,2	100,0	25,55
ES	9.279,35	5.034,53	14.313,88	64,8	35,2	100,0	37,03

Fonte: Ministério da Economia (2002-2018a). Elaborado pelo autor.

Ao se analisar os coeficientes de abertura das microrregiões do Espírito Santo, durante o ano de 2018, observa-se que apenas a Metropolitana apresentou um resultado superior ao estadual, o que, por sua vez, decorre de sua participação na economia do Estado, a qual supera os 50%, conforme demonstrado no Tabela 1.

Por outro lado, em microrregiões como Caparaó, Sudoeste Serrana, Nordeste, Litoral Sul e Central Serrana, cujas distribuições estão em diferentes pontos do território capixaba, os coeficientes de abertura foram inferiores a 10, em 2018. Entre esses resultados, vale lembrar que o caso da Litoral Sul está relacionado às paralisações das atividades da Samarco, o que acabou gerando uma redução nas comercializações com o exterior.

Como forma de avaliar a representatividade do comércio exterior na economia das microrregiões do Espírito Santo, nota-se que nem todos os municípios participaram de suas atividades. Assim, apenas na Metropolitana, na Litoral Sul, na Central Sul e na Rio Doce houve a totalidade de municípios comercializando com o mercado externo, em 2018. Além disso, do total de 78 municípios do Estado, 58 registraram comercializações com o exterior, no mesmo ano.

Já entre as empresas que atuaram no mercado externo, observa-se que apenas 1.389 participaram, em todo o Espírito Santo, o que, por sua vez, representa 1,6% da totalidade existente no Estado, quando se comparado com a quantidade de estabelecimentos formais registrados no banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia (2002-2018b). Entre as microrregiões do Espírito Santo, a que teve maior participação de empresas no comércio exterior foi a Central Sul, com 3,5% do total.

Outro ponto a ser abordado diz respeito à variedade de produtos comercializados com o exterior nas microrregiões no interior do Espírito Santo. É que dos 1.278 possíveis tipos de produtos que poderiam ser comercializados (conforme a classificação do Sistema Harmotizado 4 – SH4), o Estado comercializou 904 produtos, em 2018, sendo a Metropolitana a microrregião que mais se destacou pela variedade, com 881. Já entre as microrregiões do interior, a que teve maior quantidade de produtos comercializados com o exterior foi a Rio Doce, com 201. Em outro extremo, o Caparaó teve apenas quatro produtos comercializados.

Tabela 5 – Comparativo entre as quantidades de municípios e de empresas que participaram no mercado externo em cada microrregião em relação ao total existente, em 2018

Indicador	Opções	Metrop	CSe	SOSe	LitSu	CeSu	Cap	RDo	CO	NE	NO	ES
Coefficiente de abertura		58,24	1,10	3,29	1,16	16,58	8,38	33,70	10,23	2,96	25,55	37,03
Municípios	Total	7	5	7	8	7	12	6	10	9	7	78
	Participaram do mercado externo	7	3	4	8	7	6	6	7	4	6	58
	% participaram do mercado externo no total	100,0%	60,0%	57,1%	100,0%	100,0%	50,0%	100,0%	70,0%	44,4%	85,7%	74,4%
Empresas	Total de empresas	41.051	2.383	3.384	3.406	7.827	3.722	7.709	6.389	5.115	3.199	84.185
	Empresas exportadoras	289	9	14	25	179	5	44	34	16	83	698
	Empresas importadoras	492	1	6	15	95	1	31	16	8	26	691
	Participaram do mercado externo	781	10	20	40	274	6	75	50	24	109	1.389
	% participaram do mercado externo no total	1,9%	0,4%	0,6%	1,2%	3,5%	0,2%	1,0%	0,8%	0,5%	3,4%	1,6%
Produtos (SH4)*	Tipos de produtos exportados	531	10	17	17	55	2	30	67	21	11	558
	Tipos de produtos importados	739	12	64	9	79	2	180	74	61	40	760
	Total de tipos de produtos comercializados	881	22	77	26	115	4	201	120	80	50	904

Fonte: IJSN (2002-2018); Ministério da Economia (2002-2018a); BCB (2000-2018); IJSN (2011); Ministério da Economia (2002-2018b). Elaborado pelo autor.

Nota: *Conforme a classificação pelo Sistema Harmotizado 4 (SH4), pode haver 1.268 diferentes produtos comercializados com o exterior.

Ainda sobre as representatividades do comércio exterior, nas diferentes microrregiões do Espírito Santo, percebe-se, no Quadro 2, que, em alguns casos, suas atividades estiveram, em grande parte, limitadas a um município. Entre esses casos, estão as microrregiões Central Serrana e a Nordeste, onde Santa Maria de Jetibá e São Mateus participaram com mais de 80% do fluxo comercial de suas respectivas microrregiões (apesar de os mesmos terem contribuições mais modestas para seus PIBs regionais, iguais a 53,9% e a 48,3%, respectivamente).

Já na Metropolitana, que se destaca por ter o maior coeficiente de abertura do Espírito Santo, constata-se que Vitória foi o município que mais contribuiu para os valores de seu fluxo comercial e de seu PIB, cujas participações foram iguais a 48,3% e a 34,4% dos totais da Região, na devida ordem. Vitória também se caracteriza por ter apresentado os maiores fluxos comercial e PIB do Espírito Santo, em 2018, sendo suas contribuições para os totais do Estado iguais a 41,2% e a 19,3%, respectivamente.

Entre as microrregiões com maiores coeficientes de abertura do Espírito Santo, também se destacam a Rio Doce, com um resultado igual a 33,7; e a Noroeste, com 25,55. Porém, ao se analisar as representatividades de seus municípios para as atividades de comércio exterior, nota-se uma concentração em Aracruz, para o primeiro caso, cuja participação no total da Rio Doce foi de 78,0%; e em Barra de São Francisco, no segundo, que teve 65,2% do total da Noroeste.

No entanto, as participações percentuais nos PIBs de suas microrregiões foram mais modestas: Aracruz, com 40,6% do Rio Doce; e Barra de São Francisco, com 30,9% do Noroeste.

Quadro 2 – Relação de municípios com as maiores representatividades* no PIB (em milhões de R\$) e no fluxo comercial (em milhões US\$ FOB) das microrregiões e suas respectivas participações percentuais, em relação ao total da Região, em 2018

Região	PIB (em milhões de R\$)				Fluxo comercial (em milhões US\$ FOB)				Coeficiente de abertura regional
	PIB regional	Relação de municípios com maior PIB			Fluxo comercial regional	Relação de municípios com maior fluxo comercial			
		Município	PIB municipal	% do município na microrregião		Município	Fluxo comercial municipal	% do município na microrregião	
Metrop	79.521,17	Vitória	27.364,87	34,4	12.208,37	Vitória	5.897,29	48,3	58,24
CSe	2.621,46	Santa Maria de Jetibá	1.414,25	53,9	7,61	Santa Maria de Jetibá	6,45	84,7	1,10
SOSse	2.947,50	Marechal Floriano	449,69	15,3	25,54	Marechal Floriano	14,62	57,2	3,29
		Domingos Martins	762,68	25,9		Domingos Martins	1,24	4,9	
LitSu	18.033,73	Itapemirim	5.917,44	32,8	55,07	Itapemirim	23,37	42,4	1,16
		Presidente Kennedy	6.949,57	38,5		Presidente Kennedy	0,02	0,0	
CeSu	7.556,12	Cachoeiro de Itapemirim	5.152,00	68,2	330,20	Cachoeiro de Itapemirim	224,86	68,1	16,58
Cap	3.231,22	Dores do Rio Preto	147,75	4,6	71,36	Dores do Rio Preto	49,73	69,7	8,38
		Guaçuí	548,19	17,0		Guaçuí	0,00	0,0	
RDo	13.518,00	Aracruz	5.488,07	40,6	1.201,02	Aracruz	936,67	78,0	33,70
		Linhares	6.315,84	46,7		Linhares	168,46	14,0	
CO	6.611,36	Colatina	3.614,78	54,7	178,25	Colatina	96,71	54,3	10,23
NE	5.184,18	São Mateus	2.502,02	48,3	40,43	São Mateus	33,80	83,6	2,96
NO	2.910,25	Barra de São Francisco	899,44	30,9	196,04	Barra de São Francisco	127,76	65,2	25,55
		Nova Venécia	1.043,50	35,9		Nova Venécia	54,14	27,6	
ES	142.134,99	Vitória	27.364,87	19,3	14.313,88	Vitória	5.897,29	41,2	37,03

Fonte: IJSN (2002-2018); Ministério da Economia (2002-2018a). Elaborado pelo autor.

Nota: *A indicação de dois municípios nas regiões Sudoeste Serrana, Litoral Sul, Caparaó, Rio Doce e Noroeste, deve-se pelo fato que não terem sido os mesmos que tiveram os maiores PIBs e fluxos comerciais.

A partir desses resultados, é importante destacar que, no caso das microrregiões Metropolitana, com o município de Vitória, e Rio Doce, com Aracruz, seus desempenhos com o comércio exterior estão diretamente associados aos grandes empreendimentos industriais em operação⁴, como pode ser observado no Quadro 3. Isso porque, no primeiro caso, o destaque das exportações de minério de ferro está relacionado às atividades da empresa Vale, sediada em Vitória. Já no segundo, referem-se às exportações de *pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução*, que, por sua vez, correspondem às atividades da Suzano, empresa sediada em Aracruz.

Já nos demais casos, é possível notar os destaques *das pedras de cantaria ou de construção*, especialmente nas microrregiões Central Sul, Noroeste e Litoral Sul; do *café*, na Caparaó, na Sudoeste Serrana e na Centro-Oeste; do *gingibre, açafreão, cúrcuma, tomilho, louro, caril e outras especiarias*, na Central Serrana; e, da *pimenta (do gênero Piper)*, na Nordeste.

⁴ Vale lembrar que Anchieta, na Litoral Sul, não está nessa lista, pelo fato de sua principal empresa atuante no comércio exterior, a Samarco, não ter tido operação em 2018, em função do acidente de Mariana-MG, em 2015.

A partir da análise sobre as participações percentuais desses produtos no fluxo comercial das microrregiões do Espírito Santo – exceto nos casos do *minério de ferro*, na Metropolitana, e do *café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção*, na Centro-Oeste –, todos os demais tiveram uma representatividade superior a 50% do que foi comercializado com o exterior pela respectiva microrregião. Ou seja, em oito dos dez casos analisados, um produto representou mais da metade do que sua microrregião comercializou com o exterior, durante o ano de 2018.

Quadro 3 – Quantidade de empresas que atuaram no mercado externo e a participação dos principais produtos exportados, no fluxo comercial de cada microrregião (em milhões US\$ de FOB), em 2018

Região	Empresas que atuaram no mercado externo	Valor do fluxo comercial (em milhões US\$ FOB) e contribuição do principal produto exportado (em milhões US\$ FOB)			Coeficiente de abertura	
		Total na região	Produto exportado			
			Nome do principal produto exportado	Valor do maior produto exportado (em milhões US\$ FOB)		% do produto no total do fluxo comercial da microrregião
Metrop	781	12.208,37	Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	2.902,10	23,8	58,24
CSe	10	7,61	Gengibre, açafrão, cúrcuma, tomilho, louro, caril e outras especiarias	5,26	69,1	1,10
SOSse	20	25,54	Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção	17,12	67,1	3,29
LitSu	40	55,07	Pedras de cantaria ou de construção (exceto de ardósia) trabalhadas e obras dessas pedras, exceto as da posição 6801; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, de pedra natural (incluída a ardósia), mesmo com suporte; grânulos, fragmentos e	28,87	52,4	1,16
CeSu	274	330,20	Pedras de cantaria ou de construção (exceto de ardósia) trabalhadas e obras dessas pedras, exceto as da posição 6801; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, de pedra natural (incluída a ardósia), mesmo com suporte; grânulos, fragmentos e	250,98	76,0	16,58
Cap	6	71,36	Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção	71,26	99,9	8,38
RDo	75	1.201,02	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	920,25	76,6	33,70
CO	50	178,25	Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção	51,10	28,7	10,23
NE	24	40,43	Pimenta (do género Piper); pimentos dos géneros Capsicum ou Pimenta, secos ou triturados ou em pó	27,62	68,3	2,96
NO	109	196,04	Pedras de cantaria ou de construção (exceto de ardósia) trabalhadas e obras dessas pedras, exceto as da posição 6801; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, de pedra natural (incluída a ardósia), mesmo com suporte; grânulos, fragmentos e	125,15	63,8	25,55
ES	1.389	14.313,88	Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	2.915,61	20,4	37,03

Fonte: Ministério da Economia (2002-2018a). Elaborado pelo autor.

Também como meio de analisar a compatibilidade entre as atividades voltadas para o mercado externo e as dinâmicas das microrregiões do Espírito Santo, constata-se, no Quadro 4, as diferenças entre os setores de atuação das empresas que tiveram atividades com o exterior e suas participações percentuais nos PIBs regionais, nos empregos e nos estabelecimentos formais.

Todavia, mesmo com as diferenças identificadas, é importante considerar alguns aspectos relacionados às atividades com o exterior, uma vez que há casos, como o café, que, apesar de terem suas operações realizadas pelo setor comercial, também influenciam a agricultura local, a partir da própria produção, mediante ocorre nas regiões Sudoeste Serrana, Caparaó e Centro-Oeste (Quadro 3).

Dessa forma, nota-se que, embora o comércio seja o principal setor de atuação das empresas no mercado externo nas microrregiões Metropolitana, Central Serrana, Sudoeste Serrana, Caparaó e Nordeste, suas participações relativas nas quantidades de empregos e de estabelecimentos formais não acompanham tais resultados. Além disso, o mesmo ocorre nas microrregiões Litoral Sul, Central Sul, Rio Doce, Centro-Oeste e Noroeste, nas quais a indústria foi a principal atividade das empresas atuantes no mercado externo em 2018, e cujas representatividades, no total existente nas regiões, não foram acompanhadas pelos empregos e estabelecimentos formais.

Assim, observa-se, por meio dessas comparações, que até mesmo as questões estruturais, analisadas a partir da comparação entre os setores de atuação das empresas no mercado externo, com as realidades econômicas das microrregiões, observadas por meio do PIB setorial e dos empregos e estabelecimentos formais, não tiveram os mesmos desempenhos.

Quadro 4 – Comparação entre os coeficientes de abertura e as participações percentuais das empresas que atuam no mercado externo, do PIB e das quantidades de empregos e de estabelecimentos formais, por setor econômico, conforme a microrregião, em 2018

(continua)

Região	Item	Setor econômico							Coeficiente de abertura
		Em %						Total em números absolutos)	
		Agricultura	Indústria	Comércio	Serviços	Administração Pública	Total		
Metrop	Empresas atuantes no mercado externo*	0,0	24,2	65,9	9,9	0,0	100,0	781	58,24
	PIB**	0,3	26,7	59,6		13,4	100,0	79.521,17	
	Total de estabelecimentos	1,4	12,7	38,0	47,7	0,2	100,0	41.051	
	Total de empregos	0,4	16,7	20,9	43,1	19,0	100,0	530.003	
CSe	Empresas atuantes no mercado externo	10,0	10,0	80,0	0,0	0,0	100,0	10	1,10
	PIB	36,9	8,9	35,1		19,2	100,0	2.621,46	
	Total de estabelecimentos	23,1	14,5	36,7	25,0	0,8	100,0	2.383	
	Total de empregos	17,2	16,6	25,6	17,8	22,8	100,0	16.403	
SOSe	Empresas atuantes no mercado externo	0,0	25,0	75,0	0,0	0,0	100,0	20	3,29
	PIB	18,3	12,2	44,9		24,7	100,0	2.947,50	
	Total de estabelecimentos	17,8	14,0	39,2	28,3	0,7	100,0	3.384	
	Total de empregos	12,6	17,1	22,9	25,8	21,6	100,0	23.286	
LitSu	Empresas atuantes no mercado externo	0,0	77,5	20,0	2,5	0,0	100,0	40	1,16
	PIB	2,0	67,5	23,4		7,1	100,0	18.033,73	
	Total de estabelecimentos	11,0	13,7	42,0	32,4	0,8	100,0	3.406	
	Total de empregos	3,5	14,8	19,4	26,3	35,9	100,0	30.063	
CeSu	Empresas atuantes no mercado externo	0,0	69,0	29,2	1,8	0,0	100,0	274	16,58
	PIB	4,1	22,9	51,3		21,7	100,0	7.556,12	
	Total de estabelecimentos	8,5	20,9	39,4	31,0	0,3	100,0	7.827	
	Total de empregos	2,3	30,3	24,4	28,9	14,1	100,0	61.256	
Cap	Empresas atuantes no mercado externo*	0,0	16,7	83,3	0,0	0,0	100,0	6	8,38
	PIB**	16,7	10,0	42,7		30,6	100,0	3.231,22	
	Total de estabelecimentos	14,4	10,5	45,9	28,2	1,0	100,0	3.722	
	Total de empregos	5,1	10,0	28,8	25,4	30,8	100,0	21.203	

Quadro 4 – Comparação entre os coeficientes de abertura e as participações percentuais das empresas que atuam no mercado externo, do PIB e das quantidades de empregos e de estabelecimentos formais, por setor econômico, conforme a microrregião, em 2018

(conclusão)

Região	Item	Setor econômico						Total em números absolutos)	Coeficiente de abertura
		Em %							
		Agricultura	Indústria	Comércio	Serviços	Administração Pública	Total		
RDo	Empresas atuantes no mercado externo	10,7	68,0	14,7	6,7	0,0	100,0	75	33,70
	PIB	4,0	45,5	35,5		14,9	100,0	13.518,00	
	Total de estabelecimentos	20,3	14,0	34,3	31,1	0,3	100,0	7.709	
	Total de empregos	8,6	29,6	18,9	26,6	16,2	100,0	84.922	
CO	Empresas atuantes no mercado externo	0,0	66,0	34,0	0,0	0,0	100,0	50	10,23
	PIB	7,9	23,2	47,1		21,8	100,0	6.611,36	
	Total de estabelecimentos	11,1	17,7	40,9	29,9	0,5	100,0	6.389	
	Total de empregos	3,5	29,2	24,2	25,7	17,4	100,0	54.149	
NE	Empresas atuantes no mercado externo	4,2	41,7	54,2	0,0	0,0	100,0	24	2,96
	PIB	12,1	15,0	44,1		28,7	100,0	5.184,18	
	Total de estabelecimentos	26,8	8,9	36,3	27,3	0,6	100,0	5.115	
	Total de empregos	18,4	14,1	21,0	22,5	24,0	100,0	42.391	
NO	Empresas atuantes no mercado externo	0,0	69,7	24,8	5,5	0,0	100,0	109	25,55
	PIB	11,7	18,1	42,9		27,3	100,0	2.910,25	
	Total de estabelecimentos	18,9	15,7	39,1	25,6	0,6	100,0	3.199	
	Total de empregos	5,5	25,0	25,9	19,4	24,2	100,0	21.666	
Espírito Santo (ES)	Empresas atuantes no mercado externo	0,7	42,2	50,3	6,8	0,0	100,0	1.389	37,03
	PIB	3,8	32,4	48,6		15,2	100,0	142.134,99	
	Total de estabelecimentos	9,0	13,9	38,5	38,3	0,4	100,0	84.185	
	Total de empregos	3,4	19,5	21,6	36,0	19,6	100,0	885.342	

Fonte: Ministério da Economia (2002-2018a); IJSN (2002-2018); Ministério da Economia (2002-2018b).

Elaborado pelo autor.

Nota: A classificação das “empresas que atuam no mercado externo” por setor econômico ocorreu a partir de seus respectivos códigos de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) principais.

O total do PIB encontra-se em milhões de R\$, corrigidos pelo IPCA, a preços médios de 2019.

Com base nessa análise, é possível identificar que, embora o Espírito Santo tenha apresentado coeficientes de aberturas superiores ao brasileiro, entre 2002 e 2018, quando são analisados os resultados específicos deste último ano para o Estado, constata-se que os mesmos estão concentrados, principalmente, na microrregião Metropolitana e em poucos municípios e atividades. Ou seja, as atividades vinculadas ao comércio exterior não conseguem transformar e alterar as dinâmicas do interior capixaba, como North afirmava em sua Teoria da Base Econômica, fundamentada a partir das “exportações” (as quais, por sua vez, são o principal tipo de comercialização realizada pelo Estado, quando se compara com as importações).

4.3 A INFLUÊNCIA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES LOCAL SOBRE O MERCADO EXTERNO

Ainda como forma de indicar a influência do mercado externo sobre o Espírito Santo, apresenta-se uma análise sobre a presença de estruturas de transportes voltadas para o comércio exterior nas dez microrregiões, tais como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Sobre essa questão, diante da localização geográfica e das características do Espírito Santo, ocorre que, de

modo semelhante a grande parte do território brasileiro, a principal forma de comercialização com o exterior é realizada por intermédio de portos e aeroportos.

Sobre essa questão, conforme Bruton (1979), a decisão acerca da escolha do modo de transporte é influenciada pela capacidade de carga e velocidade do mesmo, distância do trajeto, conforto, custo logístico, confiabilidade, disponibilidade dos diferentes tipos, tamanho da região ou da cidade, entre outros fatores.

Todavia, ressalta-se que, no deslocamento interno de pessoas e de cargas, o principal modo de transporte existente no Estado, de maneira similar ao que ocorre no Brasil, é o rodoviário. Com isso, as rodovias são importantes para interligar não só os deslocamentos no interior do território capixaba como também para realizar o transporte até as demais regiões do país e as estruturas destinadas à comercialização com o exterior, que, conforme mencionado, relacionam-se a portos e aeroportos.

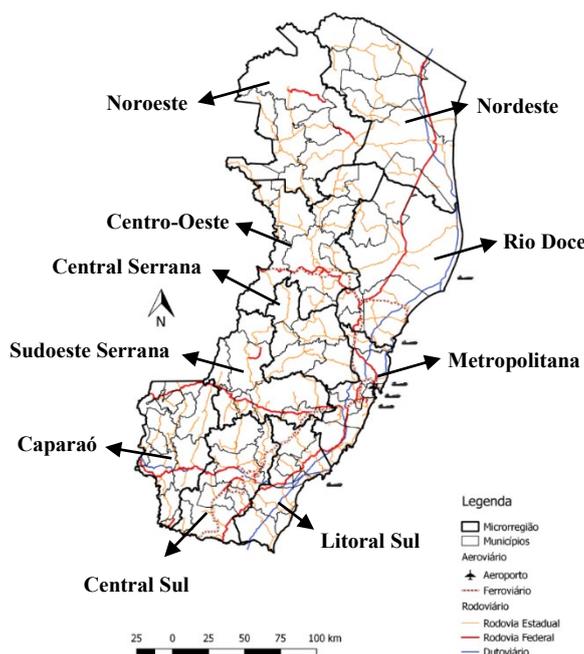
Nesse caso, as principais rodovias que integram o território estadual são as federais, especialmente as BRs 101, 262 e 259, conforme levantamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES, 2016). Na Figura 1, consta a localização das principais estruturas de transporte do Espírito Santo, incluindo as rodovias, as ferrovias, os portos e o aeroporto.

No caso dos demais tipos de transporte, especialmente para o de cargas, notam-se também as ferrovias – como a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e a Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA) –, os portos (Portocel, de Regência, de Tubarão, de Vitória e de Ubu) e o aeroporto (de Vitória), conforme relação disponível no Quadro 5.

Ao se associar os coeficientes de abertura⁵ com a presença das principais estruturas de transportes do Estado (Quadro 5), nota-se que, entre os cinco maiores resultados, a região menos atendida pelo sistema do Espírito Santo é a Noroeste, que, apesar de ter um valor igual a 25,55, possui apenas a rodovia BR 342 para a integração com as demais áreas do Estado e do país. Entretanto, ressalta-se a existência de outras rodovias estaduais nessa região (Figura 1).

⁵ Consoante mencionado na metodologia, é um dos principais indicadores utilizados para analisar a influência do comércio exterior sobre uma determinada economia, na medida em que se relaciona o fluxo comercial (soma das exportações e das importações) com o PIB de determinado território.

Figura 1 – Delimitação regional e mapa multimodal* do Espírito Santo



Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo – DER-ES (2016). Elaborado pelo autor.

Nota: *No caso das rodovias federais e estaduais, são consideradas apenas as pavimentadas.

Quadro 5 – Principais estruturas por tipos de transporte, nas microrregiões do Espírito Santo

Região	Rodovias federais	Ferrovias	Portos	Aeroportos	Coefficiente de abertura
Metrop	BR-101, BR-262	Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA	Porto de Tubarão Porto de Vitória Porto de Praia Mole	Vitória	58,24
CSe					1,10
SOSse	BR-262, BR-484	Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA			3,29
LitSu	BR-101		Terminal Ponta de Ubu		1,16
CeSu	BR-101, BR-393, BR-482	Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA			16,58
Cap	BR-262, BR-482				8,38
RDo	BR-101, BR-259	Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM	Portocel Porto de Regência		33,70
CO	BR-259	Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM			10,23
NE	BR-101				2,96
NO	BR-342				25,55

Fonte: DER-ES (2016). Elaborado pelo autor.

Além disso, como não há dados por município sobre as vias utilizadas para comercialização dos produtos com o exterior, é importante ressaltar (Tabela 6) que, apesar de a Litoral Sul, a Central Sul e a Noroeste terem se destacado na exportação de pedras de cantaria ou de construção; a Sudoeste Serrana, a Caparaó e a Centro-Oeste, com o café; a Nordeste, com a pimenta; e a Central Serrana, com as especiarias, essas microrregiões não foram as únicas do Espírito Santo a comercializarem tais produtos.

Tabela 6 – Relação dos principais produtos exportados* pelas microrregiões do Espírito Santo, segundo sua posição no ranking de exportação do Estado, bem como seus valores e quantidades comercializadas, em 2018

Região	Item	1º Minérios de ferro e seus concentrados	2º Pastas químicas de madeira	5º Pedras de cantaria ou de construção	8º Café	14º Pimenta	24º Especiarias	Total**
Metrop	Valor FOB (US\$)	2.902.102.815	-	223.442.940	180.230.305	9.844.400	1.848.221	7.283.543.429
	Kg líquido	28.876.395.461	-	262.179.265	94.495.070	3.398.370	1.274.221	37.722.683.976
CSe	Valor FOB (US\$)	-	-	-	903.241	-	5.261.834	6.984.796
	Kg líquido	-	-	-	328.760	-	4.402.007	6.039.194
SOSe	Valor FOB (US\$)	-	-	3.031.719	17.124.756	-	431.515	21.923.678
	Kg líquido	-	-	8.528.099	7.601.501	-	362.136	21.709.897
LitSu	Valor FOB (US\$)	13.506.049	-	28.874.344	-	-	-	51.668.500
	Kg líquido	94.862.336	-	45.653.555	-	-	-	144.361.315
CeSu	Valor FOB (US\$)	-	-	250.869.093	695.488	-	936.840	300.153.838
	Kg líquido	-	-	340.967.514	392.479	-	718.360	478.634.180
Cap	Valor FOB (US\$)	-	-	-	71.261.067	-	-	71.332.589
	Kg líquido	-	-	-	33.133.141	-	-	33.699.231
RDo	Valor FOB (US\$)	-	920.253.223	12.300.977	86.270.599	34.736.366	1.798.494	1.161.449.464
	Kg líquido	-	2.040.155.500	19.203.316	55.136.900	12.256.985	1.617.947	2.335.291.807
CO	Valor FOB (US\$)	-	-	38.736.440	51.099.661	2.199.236	10.125	157.162.744
	Kg líquido	-	-	67.648.848	25.805.047	911.650	204	300.986.403
NE	Valor FOB (US\$)	-	-	-	151.565	27.623.069	5.014.669	39.262.291
	Kg líquido	-	-	-	51.000	10.389.979	660.923	12.212.045
NO	Valor FOB (US\$)	-	-	125.131.936	31.695.628	2.712.269	-	185.869.787
	Kg líquido	-	-	206.075.972	19.913.160	1.013.000	-	436.765.472
ES	Valor FOB (US\$)	2.915.608.864	920.253.223	682.387.449	439.432.310	77.115.340	15.301.698	9.279.351.116
	Kg líquido	28.971.257.797	2.040.155.500	950.256.569	236.857.058	27.969.984	9.035.798	41.492.383.520

Fonte: Ministério da Economia (2002-2018a). Elaborado pelo autor.

Nota: *O detalhamento da nomenclatura da atividade, encontra-se listado no Quadro 3.

**Trata-se do total exportado por cada microrregião do ES.

Ainda sobre os produtos mencionados – cujas exportações e origens são de microrregiões do interior do Espírito Santo –, observa-se que suas comercializações foram realizadas não só pelo Porto de Vitória, localizado no território capixaba, como também por estruturas de outros estados, incluindo o sistema rodoviário.

A partir das informações indicadas, percebe-se que, mesmo com a existência de estruturas voltadas para a comercialização de produtos com o exterior – que, no caso do Espírito Santo, ocorre principalmente por meio de portos e aeroportos – observa-se que esta atividade é realizada não apenas pelo Porto de Vitória como também por estruturas de outras regiões do país, ao se analisar os principais produtos originados das microrregiões do interior.

Tabela 7 – Meios de transporte utilizados para exportação dos principais produtos exportados* pelas microrregiões do Espírito Santo, conforme a participação percentual nos valores totais exportados, em 2018

N	Via	Local da exportação	Minérios de ferro	Pastas químicas de madeira	Pedras de cantaria ou de construção	Café	Pimenta	Especiarias	Total**
1	Marítima	Porto de Vitória	100,0	98,5	8,5	8,6	3,7	1,3	77,5
2	Marítima	Porto de Santos	0,0	0,0	65,7	55,0	85,1	26,0	15,2
3	Marítima	Porto do Rio de Janeiro	0,0	0,0	6,7	20,3	4,1	43,8	2,9
4	Via Não Declarada	Porto de Santos	0,0	0,0	12,2	0,7	4,6	1,7	1,8
5	Marítima	Porto de Itaguaí	0,0	0,0	0,3	8,3	0,0	0,0	0,8
6	Via Não Declarada	Porto de Vitória	0,0	1,5	2,2	0,2	0,6	0,0	0,6
7	Via Não Declarada	Porto do Rio de Janeiro	0,0	0,0	2,4	1,0	1,2	13,2	0,5
8	Rodoviária	ALF - Uruguaiana	0,0	0,0	0,0	5,1	0,0	0,0	0,4
9	Meios Próprios	Porto de Santos	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,2
10	Rodoviária	IRF - Chui	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0
	Demais vias		0,0	0,0	0,7	0,3	0,7	14,0	0,1
Total Geral			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério da Economia (2002-2018a). Elaborado pelo autor.

Nota: *O detalhamento da nomenclatura da atividade, encontra-se listado no Quadro 3

**Representa a totalidade das exportações realizadas pelo Espírito Santo

Desse modo, mesmo que se considere a “vocação do Estado para o comércio exterior”, as atividades vinculadas ao comércio exterior não ocorrem com estruturas disponíveis apenas no território capixaba. Além disso, os únicos casos em que se tem uma maior percepção sobre esse fato ocorrem por intermédio de produtos originados dos grandes projetos, tais como o minério de ferro, da Vale (Região Metropolitana), e da pasta química de madeira, da Suzano (Rio Doce).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja afirmações recorrentes acerca da vocação da economia capixaba para o mercado externo, informação que pode ser até confirmada em um primeiro momento, quando comparados os desempenhos dos coeficientes de abertura do Espírito Santo com os do Brasil, nos últimos anos, a situação não reflete a realidade de todo o território capixaba.

Além disso, destaca-se que grande parte das atividades voltadas ao mercado externo estão vinculadas aos grandes projetos industriais, implantados no Estado desde meados dos anos de 1960, sendo essa situação confirmada a partir da análise sobre o desmembramento do coeficiente de abertura estadual, conforme as suas microrregiões.

Dessa forma, percebe-se que os dois maiores coeficientes de abertura identificados no Espírito Santo, no decorrer de 2018, eram das microrregiões detentoras desses grandes projetos, como a Metropolitana e a Rio Doce. Também certamente seria a Litoral Sul, caso a Samarco mantivesse suas operações no município de Anchieta, cujas evidências dessa situação podem ser constatadas com base nos dados intermediários, até o acidente ocorrido na mina de rejeitos da empresa, em Mariana (MG), no final do ano de 2015. Além disso, os principais produtos

comercializados por essas microrregiões referem-se as atividades correspondentes a essas empresas, como o minério de ferro e a pasta química de madeira.

Ainda sobre esses casos, ressalta-se que, conforme Hasse (2003, p. 2), “sem um mercado interno que justifique tamanha infraestrutura logística, o Espírito Santo vive de fazer *links* entre o Sudeste, o Centro-Oeste e o sul da Bahia”. Ou seja, conforme se percebe, a estrutura logística existente no Estado destina-se muito mais a atender ao escoamento e/ou à circulação de produtos de outras regiões do país do que à própria produção interna (especialmente no caso do minério de ferro). Sobre isso, ainda segundo o referido autor, “[...] o minério de ferro abundante nas montanhas mineiras deu origem a terminais portuários e usinas com crescente poder de agregação de valor no litoral do Espírito Santo” (HASSE, 2003, p. 2). Isto é, a parte destinada à exportação de minério de ferro, localizada nas microrregiões Metropolitana e Litoral Sul, originou-se em Minas Gerais.

Já entre as demais microrregiões do Espírito Santo, observa-se a importância de atividades vinculadas às pedras de cantaria ou de construção, especialmente para a Central Sul e a Noroeste; e o café, para a Sudoeste Serrana, o Caparaó e o Centro-Oeste. Além disso, tem-se a pimenta, para a Nordeste; e as especiarias, na Central Serrana, embora as mesmas não apresentem o mesmo desempenho que as regiões dos grandes projetos.

Assim, destaca-se que a única microrregião com um desempenho para o coeficiente de abertura que se aproxima das microrregiões detentoras dos grandes projetos refere-se à Noroeste, que, por sua vez, possui as pedras de cantaria ou de construção como principal produto comercializado, participando com 63,8% do fluxo comercial total da Região, em 2018.

Ainda sobre os produtos exportados e que se destacaram por serem originados das demais microrregiões do Estado (ou seja, por não serem dos grandes projetos industriais), verifica-se que parte significativa de sua comercialização é realizada por estruturas presentes em outras regiões do país.

Com isso, apesar das afirmações sobre a “vocação do Espírito Santo para o mercado externo”, percebe-se que, no Estado, esse mercado é atendido sobretudo pelos grandes projetos e é limitado a uma pequena quantidade de produtos e/ou a uma reduzida área do território capixaba.

Entre as atividades que poderiam ser desenvolvidas para alterar o quadro de concentração das atividades de comércio exterior em parte do território e em algumas atividades econômicas do Estado, está a realização de intercâmbios entre empresas e profissionais de diferentes setores da economia capixaba, os quais podem ser da Região Metropolitana e/ou do interior do Espírito Santo. Tal atividade permitiria ampliar a quantidade de profissionais com conhecimento das práticas necessárias para atuar no mercado internacional e inserir novas atividades econômicas do Estado nesse tipo de comércio.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de câmbio**. 2002-2018. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/>. Acesso em 29 jan. 2021.

BATISTA JUNIOR, P.N. Mitos da "globalização". **Estudos Avançados**. vol.12 no.32 São Paulo Jan./Apr. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000100012. Acesso em 02 fev. 2021.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004, 620 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Comex Stat**. 2002-2018a. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em 29 jan. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2002-2018b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em 29 jan. 2021.

BRUTON, M. J. **Introdução ao Planejamento dos Transportes**. São Paulo: Interciência, 1979. 416p.

CIMA, E.G.; AMORIM, L.S.B. Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. **Revista da FAE**. Curitiba, v.10, n.2, p.73-87, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/340/236>. Acesso em: 25 set. 2019.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DER-ES. **Mapa Rodoviário DER-ES 2016**. Disponível em: <https://der.es.gov.br/mapa-rodoviario-DER-ES>. Acesso em 12 maio 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Estadual nº 11.174, de 25 de setembro de 2020**. Altera o Anexo Único da Lei nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. Vitória, 2020. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/>. Acesso em 31 jan. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Vitória, 2006. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202025/Plano%20de%20Desenvolvimento%20ES%202025.pdf>. Acesso em 31 jan. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. Vitória, 2013. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf>. Acesso em 31 jan. 2021.

FERREIRA, J.S.W. **São Paulo: o mito da cidade-global**. 2003. 336 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: https://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_mitocidglobal.pdf. Acesso em 02 fev. 2021.

HASSE, G. A acessibilidade do Espírito Santo Contemporâneo. In: NEVES, L.G.S.; PACHECO, J.C.; HASSE, G. **Mar de âncoras: o comércio exterior do Espírito Santo**. Vitória-ES: SINDIEX, 2003.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Áreas territoriais 2018b**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 29 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população**. 2018a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 29 jan. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Mapas**. 2011. Disponível em: <http://www.ijns.es.gov.br/>. Acesso em 25 out. 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Produto Interno Bruto Municipal**. 2002 a 2018. Disponível em: <http://www.ijns.es.gov.br/>. Acesso em 29 jan. 2021.

JESUS, J.A.; SPINOLA, N.D. Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, a. 12, n. 2, p. 935 – 952, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4204/2850>. Acesso em 07 set. 2019.

LIMA, A.C.C.; SIMÕES, R.F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, a. 12, n. 21 jul. 2010.

LINO, L.S. **Os caminhos para a produção no interior do Espírito Santo**. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-01072021-202543/publico/TELeandrodeSouzaLino_rev.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

MAGALHÃES, M.A.; TOSCANO, V.N. Grau de abertura da economia do Estado do Espírito Santo no período 1º trim./04-2º trim./09. **Indicadores Econômicos - FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 225-240, 2010. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2373/2785>. Acesso em 30 jan. 2021.

MAIA, J.M. **Economia internacional e comércio exterior**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing**. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MONTAGNHAN, B.A.; SHIKIDA, P.F.A. Base econômica e desenvolvimento local: estudo de caso múltiplo em municípios canavieiros. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 24, n. 2, 2012.

MOTA, F.C.M. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)**. 2002. 161 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

NORTH, D. C. Location Theory and Regional Economic Growth. **Journal of Political Economy**, n. 63, jun., 1955.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955-1985**. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SAMARCO. **Entenda o rompimento**. 2017. Disponível em: <http://www.samarco.com/rompimento-de-fundao/>. Acesso em: 25 out. 2017.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 1. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.